

Jacilene Maria da Silva de Castro


Mauricio Luz Reis

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

Pôster Online

GT 01: Relações entre Currículo e Avaliação no Ensino de Sociologia na
Educação Básica

Leis de amparo a alunos com baixa visão e acessibilidade na
Universidade Federal do Pará: uma análise da percepção dos
estudantes



Belém, Pará

2023

LEIS DE AMPARO A ALUNOS COM BAIXA VISÃO E ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES

Jacilene da Silva de Castro¹
Mauricio Luz Reis²

RESUMO

Desde a década de 60, o movimento das pessoas com deficiência luta por acessibilidade e inclusão em diversos setores da sociedade. A baixa visão, um nível de deficiência visual, representa um desafio na educação superior quanto à acessibilidade em sala de aula, materiais didáticos e permanência no curso. O artigo investiga a percepção dos estudantes com baixa visão sobre acessibilidade universitária e leis garantidoras, sem entrevistas. Para tal, realizou-se uma revisão bibliográfica, abrangendo legislação sobre acessibilidade para deficientes visuais e estudos em contexto universitário, além de análise de documentos e relatórios governamentais e não governamentais sobre acessibilidade na educação superior, sendo assim, metodologia empregada é qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em revisão de literatura e análise documental. Os resultados mostram que, mesmo com leis e normas garantindo acessibilidade e inclusão de deficientes visuais na universidade, a implementação ainda é insuficiente, e muitos desafios persistem. O estudo destaca a necessidade de investimento em políticas de inclusão e acessibilidade por parte das instituições de ensino superior, garantindo recursos e serviços essenciais ao desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes com baixa visão.

Palavras-chave: Leis de Acessibilidade, Baixa Visão, Acessibilidade na UFPA, Relato de Experiência.

INTRODUÇÃO

A inclusão e a acessibilidade são temas cada vez mais presentes na sociedade contemporânea, especialmente no contexto educacional. As pessoas com deficiência visual são um grupo que enfrenta diversos desafios para acessar os recursos educacionais, o que pode comprometer o seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. A baixa visão é um nível da deficiência visual que se caracteriza pelo comprometimento do funcionamento visual dos olhos, o que no campo educacional, significa um grande desafio para alguns estudantes da graduação no que diz respeito à acessibilidade no acesso a sala de aula, materiais didáticos, avaliação e permanência no curso.

No Brasil, existem diversas leis e normas que garantem a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência visual na educação, mas muitas vezes, essas normas não são implementadas de forma adequada. O movimento das pessoas com deficiência tem lutado

1 Graduando do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, Parda, Mulher Cis, Belém – PA, jacy.msc100@hotmail.com;

2 Graduando do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, Pardo, Homem Cis, Ananindeua – PA, mauricioluzreis@hotmail.com;

ativamente desde a década de 60 por seu direito de acesso a bens e direitos que permitem acessibilidade e permanência em vários setores da sociedade. Nesse sentido, é fundamental que as instituições de ensino superior desenvolvam políticas de inclusão e acessibilidade, para que os estudantes com baixa visão possam ter acesso aos recursos e serviços necessários para o seu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a percepção dos estudantes com baixa visão sobre a acessibilidade na Universidade Federal do Pará (UFPA), bem como as leis que garantem seus direitos. A pesquisa pretende identificar os principais desafios enfrentados por esses estudantes e as ferramentas e estratégias utilizadas para superá-los. Com isso, espera-se contribuir para o debate sobre a inclusão e a acessibilidade na educação superior brasileira, em especial para as pessoas com deficiência visual.

O trabalho aborda a definição de baixa visão, bem como, as leis que garantem a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência visual no contexto educacional brasileiro. Além disso, o estudo analisa a percepção dos estudantes com baixa visão sobre a acessibilidade na Universidade Federal do Pará (UFPA), destacando os desafios enfrentados e as ferramentas e estratégias utilizadas para superá-los. O trabalho também propõe medidas para melhorar a inclusão desses alunos na universidade, levando em consideração as especificidades da baixa visão e as demandas dos estudantes.

A estrutura deste artigo está dividida, além da introdução e considerações finais, em três partes que tem o objetivo consecutivo de: 1) Reunir as leis mais importantes que impactaram a trajetória do aluno com baixa visão; 2) Apontar a postura da Universidade Federal do Pará frente a estas normas e a outras alternativas por ela executada; 3) Analisar a percepção do estudante de acordo com a descrição de suas experiências no curso como aluno de baixa visão. Ademais, este trabalho foi construído de forma descritiva e exploratória, pois se apoia em revisão teórica bibliográfica e relato de experiências. A análise dos resultados obtidos foi realizada de forma qualitativa e serve como base para a realização de pesquisas mais detalhadas sobre o tema.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Esta pesquisa está introduzida na linha de trabalhos que visam problematizar o tema da acessibilidade na formação docente, buscando compreender as leis que amparam os graduandos de baixa visão, bem como acessibilidade praticada pela UFPA mediante o ordenamento legislativo, também, a percepção do discente quanto o que se apresenta na prática quanto a execução do apoio estudantil a pessoas com baixa visão. Para isto, se realizou



uma pesquisa qualitativa, onde se priorizou “o universo de significados, motivos, inspirações, crenças, valores e atitudes dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2002, p. 21-22). Foi usado um estudo exploratório e descritivo, pois nos apoiamos na explicação onde o “objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2006, p. 44). Ademais, este estudo foi construído com base em uma revisão de literatura, na qual buscamos utilizar “dados e categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores” (SEVERINO, 2007, p. 122).

A investigação empírica se sustentou por meio da examinação da legislação brasileira, no que diz respeito a lei de cotas, ao estatuto da pessoa com deficiência, as leis que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em espaços públicos urbanos, a inclusão na educação universitária, entre outras. Além de analisar projetos e ações da UFPA direcionadas a acessibilidade dos usuários, como os softwares de auxílio a leitura, o serviço de audiodescrição, orientação especializada, circulação sem barreiras e monitorias. Por isso, usamos a técnica de pesquisa análise documental nos pressupostos de André Cellard (2008). Nossa proposta metodológica passa pela análise da estrutura discursiva das leis e projetos, buscando descrever, analisar e interpretar os enunciados dos documentos. Por fim, será descrito a experiência do aluno com deficiência visual, mediante sua vivência no curso de Ciências Sociais UFPA sendo pessoa com baixa visão. Seu caráter descritivo se baseou no que Prestes (2012) explica se tratar da observação, registro, análise, classificação e interpretação dos fatos, sem que o pesquisador faça qualquer interferência. Os dados foram categorizados de acordo com Bardin (2016), fazendo-se interpretações e inferências dos resultados.

REFERENCIAL TEÓRICO

O movimento das pessoas com deficiência visual e a luta pela inclusão e acessibilidade têm uma história extensa que remonta à década de 1960, tendo como marcos representados a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006). Os documentos criados esses demonstram uma evolução progressiva na compreensão e na resposta à questão da deficiência, que passa a ser vista sob a lente dos direitos humanos.

A baixa visão, como forma de deficiência visual, possui uma definição específica de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). A OMS descreve como um comprometimento visual não corrigível com o uso de óculos ou lentes de contato e que



interfere no funcionamento diário do indivíduo. Essa definição é crucial na orientação da formulação de políticas e no design de sistemas educacionais inclusivos (Organização Mundial da Saúde, 2014).

A legislação brasileira se destaca por sua abrangência e profundidade em matéria de acessibilidade e inclusão, com leis como a Lei de Cotas (Lei 8213/91), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13146/15) e a Lei de Acessibilidade (Lei 10098 /00). Estas leis mantêm o Brasil em uma posição forte em termos legais para a inclusão de pessoas com deficiência (Santos, 2016). Contudo, o desafio persiste na implementação dessas leis, o que é evidenciado pela persistência de barreiras de acessibilidade para estudantes com baixa visão na educação superior.

No âmbito da educação superior, a inclusão e a acessibilidade são temas essenciais, sendo tratados por diversas teorias e abordagens acadêmicas. O conceito de Design Universal na Educação (DUE), por exemplo, oferece um quadro útil para a concepção e implementação de ambientes educacionais inclusivos. O DUE defende a criação de ambientes de aprendizado flexíveis que acomodam a diversidade dos alunos, incluindo aqueles com deficiências visuais (Rose & Meyer, 2002).

Na UFPA, medidas para garantir a inclusão e acessibilidade incluem o uso de softwares de auxílio à leitura, serviços de audiodescrição, orientação especializada, circulação sem barreiras e monitorias. Essas medidas refletem o compromisso da UFPA com a inclusão e a acessibilidade e estão decididas com as recomendações de especialistas na área, como a adoção de tecnologias assistivas e de aprovação (UNESCO, 2014).

Por último, uma pesquisa em primeira pessoa sobre a experiência de estudantes com baixa visão é fundamental para entender a eficácia das políticas e práticas existentes. Como a pesquisa de Moore e Slee (2012) sugere, o conhecimento experiente dos estudantes com deficiência é uma fonte valiosa de informações para orientar a formulação de políticas e práticas. Nesse contexto, as narrativas dos alunos podem revelar lacunas nas práticas de inclusão e acessibilidade, o que pode informar as mudanças e melhorias necessárias.

Em resumo, o referencial teórico deste trabalho aborda a luta histórica por inclusão e acessibilidade, a legislação brasileira relativa à inclusão e acessibilidade, as teorias educacionais que apoiam a inclusão e acessibilidade, as práticas da UFPA e a importância da pesquisa em primeira pessoa na educação inclusiva.

DESENVOLVIMENTO/REFERENCIAL TEÓRICO



Leis significativas que impactaram a trajetória do discente com baixa visão

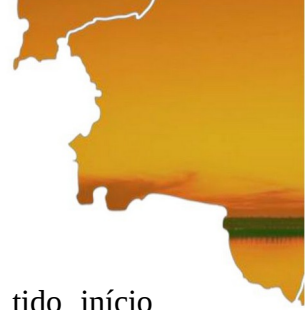
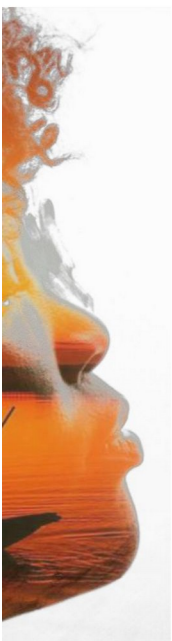
A luta pelos direitos das pessoas com deficiência é histórica, tendo tido início organizado no século XX, com destaque para a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes pela ONU em 1975, que delineou princípios fundamentais. O movimento fortaleceu-se nos anos 80, focando em questões como acessibilidade e inclusão escolar. Desde então, muitos países adotam políticas de inclusão e acessibilidade, uma luta que continua atualmente.

Destacamos aqui a Baixa Visão, uma perda visual parcial, que impacta significativamente a vida diária. No Brasil, o movimento por inclusão e igualdade de oportunidades tem se fortalecido, com organizações como a LARAMARA e ABC defendendo os direitos dessas pessoas. Apesar do progresso, ainda há necessidade de conscientização e adoção de políticas públicas para promover a acessibilidade.

Dentre as legislações que cumpriram a educação para alunos com baixa visão no Brasil, destacamos:

A Lei nº 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas, é uma legislação brasileira que tem como objetivo promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior. Ela estabelece que as universidades e institutos federais devem reservar uma porcentagem de suas vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas, levando em conta a proporção de negros, pardos e indígenas no estado onde a instituição de ensino se localiza. A Lei de Cotas também prevê que parte das vagas reservadas para estudantes de escolas públicas seja destinada a candidatos com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário-mínimo e meio e que haja reserva de vagas para pessoas com deficiência. Além disso, ela estabelece que as instituições devem adotar políticas de ação afirmativa para ampliar o acesso e a permanência de estudantes negros, pardos e indígenas, bem como de pessoas com deficiência, nos cursos de graduação e pós-graduação.

Já a Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, é uma legislação brasileira que tem como objetivo garantir os direitos e a inclusão social das pessoas com deficiência. A lei estabelece que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos e garantias fundamentais que as demais pessoas, incluindo a igualdade perante a lei e a proteção contra discriminação e violência. Também são assegurados o acesso à educação, saúde, trabalho, lazer, cultura e transporte.



Entre as principais medidas previstas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, podemos destacar: A criação do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que tem como objetivo registrar informações para formulação de políticas públicas e estatísticas sobre as pessoas com deficiência. A obrigatoriedade de adaptação de edificações, vias públicas, transporte e serviços para garantir acessibilidade às pessoas com deficiência. A garantia de acessibilidade digital, com a obrigação de que os sites e aplicativos de órgãos públicos e empresas privadas sejam acessíveis às pessoas com deficiência. A criação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social, que é destinado a pessoas com deficiência e idosos com mais de 65 anos em situação de vulnerabilidade social. E a previsão de punições para discriminação de pessoas com deficiência, incluindo multas e até mesmo o fechamento do estabelecimento que descumprir a legislação.

A Lei nº 10.098/2000 é uma legislação brasileira que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em espaços públicos urbanos. Essa lei tem como objetivo garantir o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços públicos, incluindo edifícios públicos, praças, ruas, parques, terminais de transporte e demais áreas urbanas. A Lei nº 10.098/2000 prevê que todas as edificações públicas devem ser acessíveis, e que os projetos de edificações privados também devem seguir as normas de acessibilidade estabelecidas na legislação.

Entre as principais medidas previstas na Lei nº 10.098/2000, podemos destacar: A obrigatoriedade de adaptação de edificações, vias públicas, transporte e serviços para garantir acessibilidade às pessoas com deficiência. A criação de regras e normas técnicas que definem os padrões de acessibilidade que devem ser seguidos nas construções e reformas de espaços públicos e privados. A garantia de acessibilidade nos meios de transporte coletivo, como ônibus, metrô e trens, com a obrigatoriedade de adaptação dos veículos e das estações para pessoas com deficiência. A previsão de punições para empresas e órgãos públicos que descumprirem as normas de acessibilidade, incluindo multas e outras sanções.

Além disso, estabelece que é dever do poder público garantir a acessibilidade em todas as suas instâncias, desde a elaboração de projetos e planos urbanos até a fiscalização e o monitoramento da aplicação das normas de acessibilidade. A legislação também prevê a participação das pessoas com deficiência e das entidades representativas em todas as etapas do processo de planejamento e execução de obras públicas.

Outras leis e normas que amparam estudantes de baixa visão e visam garantir a igualdade de oportunidades e o acesso à educação de qualidade são:

A Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: essa lei estabelece as bases da educação nacional, incluindo o direito à educação inclusiva e o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência.

O Decreto nº 7.611/2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências: esse decreto regulamenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no que se refere à educação especial, estabelecendo diretrizes para o atendimento educacional especializado.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 - Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica: essa resolução estabelece as diretrizes para o atendimento educacional especializado na educação básica, incluindo a oferta de recursos e tecnologias assistivas para alunos com deficiência.

E a Resolução CNE/CP nº 2/2020 - Dispõe sobre a oferta de educação bilíngue, de língua portuguesa e de língua brasileira de sinais, e dá outras providências: essa resolução estabelece a obrigatoriedade da oferta de educação bilíngue para estudantes com deficiência visual que utilizam a língua brasileira de sinais (Libras).

Além dessas leis e normas, os estudantes de baixa visão também são amparados por outras regulamentações específicas, como as normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as orientações do Ministério da Educação (MEC) para a utilização de recursos e tecnologias assistivas na educação inclusiva. Essas normas visam garantir o acesso à educação e a inclusão plena dos estudantes de baixa visão na sociedade.

Postura da UFPA frente a estas normas e a outras alternativas por ela executada

A Universidade Federal do Pará (UFPA) tem buscado desenvolver políticas e práticas inclusivas para alunos com baixa visão. Este artigo aborda as medidas implementadas na UFPA para promover a acessibilidade e inclusão desses alunos. Ela tem adotado políticas e iniciativas para garantir o acesso e a permanência de estudantes com baixa visão, conforme previsto nas leis e normas brasileiras. Algumas dessas medidas incluem:

1. Reserva de vagas: seguindo a legislação nacional, a universidade reserva vagas para estudantes com deficiência, assegurando a representatividade desse grupo na comunidade acadêmica.
2. Núcleo de Acessibilidade: a UFPA conta com um núcleo de acessibilidade que visa garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos por estudantes com

deficiência. Este núcleo oferece apoio e orientação especializada, além de promover ações para a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais.

Recursos e serviços para alunos com baixa visão

A UFPA disponibiliza recursos e serviços específicos para estudantes com baixa visão, incluindo:

1. Softwares de auxílio à leitura: a universidade oferece programas que transformam texto em voz, permitindo que alunos com baixa visão acessem conteúdos didáticos.
2. Audiodescrição: a UFPA disponibiliza serviços de audiodescrição para facilitar o acesso a materiais visuais, como vídeos e apresentações.
3. Material didático adaptado: a universidade busca disponibilizar materiais didáticos em formatos acessíveis, como textos ampliados, Braille e arquivos digitais compatíveis com leitores de tela.
4. Monitorias e apoio pedagógico: estudantes com baixa visão podem contar com monitorias e apoio pedagógico especializado, incluindo adaptação de atividades e avaliações.
5. Ambientes acessíveis: a UFPA tem buscado promover a adaptação e a acessibilidade de suas instalações, eliminando barreiras arquitetônicas e garantindo que alunos com baixa visão possam se locomover e utilizar os espaços com segurança e autonomia.

A Universidade Federal do Pará tem demonstrado compromisso com a inclusão e acessibilidade para estudantes com baixa visão, através da implementação de políticas e práticas voltadas para esse público. A oferta de recursos, serviços e ambientes acessíveis é fundamental para garantir a igualdade de oportunidades e a plena participação desses alunos na vida acadêmica. Contudo, é necessário continuar investindo na capacitação de profissionais e na melhoria das estruturas e serviços disponibilizados, visando uma educação cada vez mais inclusiva e acessível.

Embora a Universidade Federal do Pará (UFPA) busque promover a inclusão e a acessibilidade para alunos com deficiências visuais, algumas experiências empíricas apontam para a necessidade de aprimoramento dessas políticas e práticas. Este texto complementa um artigo acadêmico apresentando a experiência de uma aluna com baixa visão na UFPA, destacando os desafios enfrentados em função de informações insuficientes, demora no atendimento das demandas e limitação de vagas.

Análise da percepção do discente quanto a acessibilidade na UFPA

Neste tópico descrevemos a trajetória de alunos de baixa visão durante toda suas graduação no curso de Ciências sociais na UFPA. Os alunos em questão ingressaram na UFPA por meio da reserva de vagas para estudantes com deficiência. Apesar de contar com políticas e recursos para a inclusão e acessibilidade, segundo os discentes, a universidade enfrenta dificuldades na implementação eficaz dessas medidas na prática. Algumas das principais barreiras enfrentadas pela aluna incluem:

1. Falta de informação: a aluna enfrentou dificuldades em obter informações claras e precisas sobre os recursos e serviços disponíveis para estudantes com baixa visão. A ausência de orientações adequadas sobre como acessar e utilizar esses recursos agravou os desafios enfrentados no ambiente acadêmico.
2. Demora no atendimento das demandas: a aluna relatou demora no atendimento de suas solicitações por parte da universidade, o que prejudicou seu desempenho acadêmico e sua adaptação ao ambiente universitário. A falta de agilidade na resposta às demandas específicas dos alunos com deficiência pode comprometer a eficácia das políticas de inclusão e acessibilidade.
3. Limitação de vagas: apesar da reserva de vagas para estudantes com deficiência, a aluna enfrentou dificuldades para se matricular em disciplinas com vagas limitadas. Essa situação evidencia a necessidade de aprimorar o sistema de matrícula e garantir a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

A experiência empírica dos alunos com baixa visão na Universidade Federal do Pará demonstram que, apesar dos esforços em promover a inclusão e a acessibilidade, ainda há desafios a serem superados na implementação eficaz dessas medidas. É fundamental que a universidade invista na capacitação de seus profissionais, melhore a comunicação e o atendimento das demandas específicas e aprimore seus sistemas de matrícula, garantindo assim uma educação mais inclusiva e acessível para todos os estudantes.

Embora a Universidade Federal do Pará (UFPA) busque promover a inclusão e a acessibilidade para alunos com deficiências visuais, algumas experiências empíricas apontam para a necessidade de aprimoramento dessas políticas e práticas. Este texto complementa um artigo acadêmico apresentando a experiência de uma aluna com baixa visão na UFPA, destacando os desafios enfrentados em função de informações insuficientes, demora no atendimento das demandas e limitação de vagas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo trouxe um panorama sobre a luta pelos direitos das pessoas com deficiência, destacando a importância das legislações brasileiras, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015) e a Lei de Acessibilidade (10.098/2000), no fortalecimento da inclusão e da acessibilidade. Além disso, abordou a especificidade da baixa visão como uma deficiência visual parcial que requer atenção e políticas específicas.

Foi ressaltado que o movimento pela inclusão e igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência teve início no século XX e continua sendo uma luta atual. Destacou-se também a importância de organizações como a LARAMARA e ABC na defesa dos direitos das pessoas com baixa visão no Brasil.

As legislações facilitadas, como a Lei de Cotas (12.711/2012) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, foram destacadas como importantes instrumentos para promover a igualdade de oportunidades e o acesso à educação. Além disso, foram mencionadas outras leis e normas que amparam estudantes de baixa visão e visam garantir a inclusão e acessibilidade, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996) e o Decreto sobre educação especial (7.611/2011).

A Universidade Federal do Pará (UFPA) foi apresentada como uma instituição que tem buscado desenvolver políticas e práticas inclusivas para alunos com baixa visão. Medidas como a reserva de vagas, a oferta de recursos e serviços específicos, a disponibilização de material didático adaptado e promoção de ambientes acessíveis foram destacadas como ações importantes nesse processo.

No entanto, o texto demonstrou que experiências empíricas provam desafios a serem superados na implementação efetiva das políticas e práticas de inclusão e acessibilidade na UFPA. Questões como falta de informação, demora no atendimento das demandas e limitação de vagas foram apontadas como obstáculos enfrentados por alunos com baixa visão.

Como considerações finais, é fundamental que a UFPA e outras instituições de ensino superior invistam na capacitação de profissionais, na melhoria da comunicação e do atendimento às demandas específicas dos alunos com baixa visão, bem como no aprimoramento dos sistemas de matrícula. Além disso, é necessário um trabalho contínuo de conscientização e sensibilização para promover a inclusão plena e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas com deficiência.

A garantia de acessibilidade e inclusão para pessoas com baixa visão é um direito fundamental, e cabe às instituições de ensino e à sociedade como um todo assegurar que essas medidas sejam efetivamente implementadas. Somente pelo meio do comprometimento e da colaboração de todos será possível construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva, que

valorize a diversidade e proporcione segurança de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de suas habilidades visuais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Leis e Normas Brasileiras de Inclusão de Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/> . Acesso em: 15 de abril de 2023.

_____. **DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES**. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf . Acesso em: 15 de maio de 2023.

CELLARD, A. **Uma análise documental**. In: POUPART, J. et al. (Org.). *A pesquisa qualitativa: abordagens epistemológicas e metodológicas*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

GIL, AC. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, MC de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOORE, T.; SLEE, R. **Voz estudantil e governamentalidade: a produção de sujeitos empreendedores?** In: *Discurso: Estudos em Políticas Culturais da Educação*, v. 33, n. 3, pág. 437-450, 2012.

ORG. **Segunda Guerra Mundial e o Movimento das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: < <https://www.un.org/development/desa/disabilities> . Acesso em: 15 de abril de 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Lisboa: Direção-Geral da Saúde, 2014.

PRESTES, ZF. **O observador participante e a técnica de observação: um estudo sobre as práticas de metodologia de pesquisa qualitativa**. In: *ENCONTRO DA ANPAD*, Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

ROSA, DH; MEYER, A. **Ensinar a todos os alunos na era digital: design universal para a aprendizagem**. Alexandria: Associação para Supervisão e Desenvolvimento Curricular, 2002.

SANTOS, GP. **Inclusão social de pessoas com deficiência: trajetória, avanços e desafios da legislação brasileira**. In: *Revista Ciência em Extensão*, v. 12, n. 2, pág. 114-129, 2016.

SEVERINO, AJ **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UFPA. **Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Pará**. Disponível em: <https://nacea.ufpa.br/> . Acesso em: 15 de abril de 2023.

8º ENASEB

_____. UFPA. **Projetos e Ações de Inclusão na UFPA**. Disponível em: <https://www.ufpa.br/>
. Acesso em: 15 de maio de 2023.

UNESCO. **Orientações políticas sobre a inclusão na educação**. Paris: Unesco, 2014.

